O emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre: algumas considerações sobre o período 1989-07*

*Sheila S. Wagner Sternberg*** *Engenheira Química da FEE*

Resumo

*O presente artigo, que utiliza a **Relação Anual de Informações Sociais** (RAIS) como fonte dos dados, traça um panorama da evolução do emprego formal total e nos principais setores de atividade, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período 1989-07, procurando apontar as diferenças entre o comportamento desse espaço e o do agregado estadual, bem como identificar as mudanças espaciais mais significativas que ocorreram na distribuição dos empregados formais, no interior do território metropolitano. A análise revela diferenças importantes no comportamento da RMPA, em relação ao restante do RS, e também no desempenho dos municípios que compõem o espaço metropolitano.*

Palavras-chave: mercado formal de trabalho; emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre; emprego formal intrametropolitano.

Abstract

This article presents an overview of the formal labor market performance in the Metropolitan Region of Porto Alegre (RMPA), comparing it with the behavior of the group of all other cities of Rio Grande do Sul, during the period 1989-2007, taking a data base of the Employment Ministry (RAIS) as data source. The principal results show that there are differences between the performance of RMPA and RS as whole and also in the behavior of the cities of RMPA.

***Key words:* formal labor market; Metropolitan Region of Porto Alegre; formal labor market; intrametropolitan formal labor market.**

---

* Artigo recebido em 15 de jan. 2009.

** *Email:* sheila@fee.tche.br
A autora agradece a cuidadosa leitura e as sugestões dos colegas Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho e Maria Isabel H. da Jornada, bem como as de um parecerista anônimo.

As transformações econômicas e o aprofundamento da reestruturação produtiva que marcaram a década de 90 tiveram reflexos importantes sobre o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, provocando, sobretudo, aumento das taxas de desemprego, significativa redução de postos de trabalho, especialmente na indústria de transformação, e avanço da informalidade.

No início de 1999, contudo, mudanças na política cambial trouxeram efeitos positivos para o nível de atividade, levando a uma inflexão no desempenho do mercado de trabalho, que se manifestou no crescimento da ocupação e, especialmente, no aumento dos vínculos formais.

Tais efeitos, entretanto, não se fizeram sentir de maneira homogênea sobre o território. De maneira geral, as áreas metropolitanas tiveram pior desempenho do que os espaços não metropolitanos (Ramos; Britto, 2004; Ramos; Ferreira, 2005).

Nesse sentido, o presente artigo, que analisa a evolução do emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período que vai de 1989 — ano que antecede as profundas transformações da década de 90 — até 2007, último ano disponível na base de dados utilizada, procura verificar em que medida o comportamento do emprego metropolitano se distinguiu daquele do conjunto dos demais municípios do Rio Grande do Sul (RS), bem como investigar as diferenças no comportamento intrametropolitano.

Para isso, utiliza-se a **Relação Anual de Informações Sociais** (RAIS), uma base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que fornece informações sobre o emprego legalizado, isto é, ao abrigo da legislação trabalhista, em 31 de dezembro de cada ano. Sem deixar de reconhecer a riqueza e a importância dessa fonte de dados, é preciso que se façam alguns comentários a respeito de suas limitações. Conforme adverte o MTE, essa base é constituída por registros administrativos e, por isso, passíveis de apresentar erros decorrentes, especialmente, do preenchimento incorreto e/ou da omissão de campos dos formulários, que podem distorcer especialmente resultados referentes a municípios menores e a alguns setores e subsetores da economia. Por isso mesmo, o MTE recomenda cautela na interpretação desses dados.

Embora restrita ao mercado formal de trabalho[1], a RAIS oferece uma riqueza admirável de informações sobre a situação dessa parcela dos empregados, constituindo-se, por isso mesmo, em fonte obrigatória para se conhecer a dinâmica do emprego. Além disso, é uma das poucas fontes que permite a abertura de dados sobre o emprego ao nível dos municípios, o que é particularmente útil e necessário no caso da RMPA, que, nos últimos anos, passou por importantes mudanças na sua composição.[2]

Nesse sentido, a fim de garantir a comparabilidade dos dados da RMPA, ao longo do período analisado, é necessário que se tenha um território com fronteira estável (Alonso, 2004), o que torna imperioso que se componha a Região Metropolitana a partir dos dados municipais, procedendo-se aos ajustes devidos para a obtenção de uma configuração compatível com as necessidades do presente estudo.

Procurando atender a esse critério, foi preciso incorporar à RMPA os municípios criados no período em estudo, que, embora se originem de municípios metropolitanos, não fazem parte da mesma. Incluem-se, nesse caso, os Municípios de Morro Reuter, que se origina de Dois Irmãos; Mariana Pimentel e Sertão Santana, provenientes de Guaíba; Lindolfo Collor e Presidente Lucena, emancipados de Ivoti; Caraá, que se originou de Santo Antônio da Patrulha; e Barão do Triunfo, criado a partir de São Jerônimo (Alonso, 2004). O outro ajuste procedido diz respeito a uma limitação da RAIS e procurou dar conta daqueles municípios pertencentes à RMPA para os quais não se dispunha de informações, no ano inicial da série, na base de dados utilizada.[3] Nessa situação encontram-se os Municípios de Araricá, Barão do Triunfo, Caraá, Eldorado do Sul, Glorinha, Lindolfo Collor, Mariana Pimentel, Morro Reuter, Nova Hartz, Nova

[1] Uma dimensão, ainda que aproximada, da importância do mercado formal de trabalho no RS e na RMPA pode ser obtida cotejando-se os dados da RAIS com aqueles do total da ocupação fornecidos pela PNAD-IBGE (<www/ibge.gov.br>). Tem-se, assim, que, em 2007, os empregados formais eram 41,7% do total de ocupados estaduais e 56,8% daqueles da RMPA.

[2] A RMPA foi estabelecida pela Lei Complementar nº 14/73, contando, inicialmente, com 14 municípios. Ao longo do tempo, diversos outros foram sendo incorporados a ela, até atingir a formação atual, que conta com 31 municípios, a saber: Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia, Taquara, Triunfo e Viamão.

[3] Na RAIS, as informações dos municípios são incorporadas somente algum tempo após a sua criação, o que faz com que exista uma defasagem entre a emancipação dos municípios e a existência de informações na base de dados. Até que isso aconteça, esses municípios aparecem com estoque de empregados igual a zero, e seus dados são contabilizados no(s) município(s) que os originaram.

Santa Rita, Presidente Lucena e Sertão Santana,[4] cujas informações, quando disponíveis, foram somadas àquelas dos municípios que os originaram, para, assim, evitar distorções na análise da evolução do emprego por município.

Assim, partindo-se da configuração mais recente da RMPA, composta por 31 municípios, e procedendo-se aos ajustes necessários, conforme descritos anteriormente, chega-se, para os fins deste estudo, a um total de 26 municípios na RMPA: Alvorada, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo e Viamão.

Este artigo está dividido em duas seções, além da **Introdução** e das **Considerações finais**. Na primeira, encontra-se um panorama geral da evolução do emprego formal total e nos principais setores de atividade, na RMPA, procurando apontar as diferenças entre o comportamento desse espaço com o do agregado estadual. A seguir, procura-se identificar as mudanças espaciais mais significativas que ocorreram na distribuição dos empregados formais no território metropolitano. Por fim, nas **Considerações finais**, resgatam-se as principais evidências da análise empreendida.

O emprego na RMPA: um paralelo com o conjunto de municípios não metropolitanos e o Estado

Em 1989, na Região Metropolitana de Porto Alegre, havia cerca de um milhão de postos de trabalho formais, o que correspondia a 53,3% do total desses postos no Rio Grande do Sul, naquele mesmo ano. Ao final do período, a população regularmente empregada na RMPA havia ampliado-se para cerca de 1,2 milhão de indivíduos, acusando a geração líquida de 167,2 mil postos de trabalho, com uma variação de 16,7%. Em 2007, a RMPA abrigava 51,8% dos empregados formais do Estado.

Tal crescimento ficou bem abaixo daquele observado para o conjunto do Estado, que foi de 29,1%, no mesmo período, pela incorporação de cerca de 546,3 mil novos trabalhadores, o que fez com que, em 2007, houvesse 2,4 milhões de trabalhadores formais no RS. Foi, portanto, o conjunto de municípios fora dos limites metropolitanos que, no período considerado, puxou a expansão do emprego estadual. Nesses municípios, houve um incremento de 43,2%, pela incorporação de cerca de 379.000 trabalhadores, fazendo com que, em 2007, neles se contabilizasse praticamente1,3 milhão de empregados formais. Os municípios não metropolitanos responderam, em conjunto, por 69,4% dos postos acrescidos no RS, no período analisado, enquanto os demais 30,6%, evidentemente, foram gerados na RMPA.

Ainda que, entre 1989 e 2007, tenha-se verificado elevação do contingente formalmente empregado nos recortes territoriais considerados, é preciso destacar que, nos anos intermediários, a trajetória do emprego não foi homogênea, observando-se a existência de momentos de queda e outros de elevação do número de empregados formais, acompanhando as distintas conjunturas econômicas. De maneira sintética, é possível identificar dois movimentos bem demarcados: o primeiro, de 1989 até 1998, revela queda no nível de emprego, e o outro, de 1999 a 2007, mostra evolução positiva do emprego. De maneira geral, a trajetória do emprego teve o mesmo sentido na RMPA e nos municípios não metropolitanos, ainda que as intensidades tenham diferido.

Entre 1989 e 1998[5], como se observa no Gráfico 1, a RMPA exibiu pior desempenho do que os municípios não metropolitanos, com quedas mais pronunciadas e menores crescimentos — a exceção é 1996, quando houve elevação de contingente no primeiro recorte espacial, enquanto, no outro, houve retração. Assim, ao final de 1998, contabilizava-se queda do emprego na RMPA (-9,4%) e relativa estabilidade de contingente nos demais municípios (-0,1%), resultando em uma variação de -5,1% no conjunto do RS. Note-se que praticamente a totalidade das cerca de 95.000 vagas fechadas no RS, nesse subperíodo, se deveram aos municípios do contexto metropolitano (Tabela 1).

[4] Quando disponíveis, os dados de Araricá e Nova Hartz foram somados aos de Sapiranga; os de Eldorado do Sul, Mariana Pimentel e Sertão Santana, incorporados aos de Guaíba; os de Caraá, computados juntamente com Santo Antônio da Patrulha; os de Barão do Triunfo, agregados a São Jerônimo; os de Glorinha, contabilizados juntamente com os de Gravataí; os de Lindolfo Collor e Presidente Lucena, somados aos de Ivoti; os de Morro Reuter, adicionados aos de Dois Irmãos, e os de Nova Santa Rita, agregados aos de Canoas.

[5] Lembre-se que esse subperíodo compreende a abertura comercial do Governo Collor e a primeira fase do Plano Real, em que as medidas de política econômica afetaram duramente o setor industrial, levando a importantes cortes de pessoal. Para mais detalhes a respeito da evolução do emprego no RS, ver Jornada (2004) e Sternberg (2005).

Com isso, ao final de 1998, a RMPA, que abrigava 50,9% dos empregados estaduais, havia diminuído em 2,4 pontos percentuais a sua participação no agregado estadual, comportamento semelhante ao que se verificou em sua participação no PIB do RS. Entre 1990 e 1998, a participação da Região no PIB do RS passou de 41,25% para 39,02%, invertendo a trajetória de crescimento até então verificada. Tal diminuição deveu-se fundamentalmente ao baixo desempenho do setor industrial, já que esse foi o único setor cujo peso, no conjunto da produção metropolitana, apresentou queda entre esses anos. Entre 1990 e 1998, a participação da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) da Região Metropolitana caiu de 51,11% para 48,77%, enquanto a participação dos demais serviços passou de 39,44% para 39,09% e a do comércio avançou de 47,10% para 50,44% no mesmo período (Alonso, 2001).

Também ao considerar a evolução setorial do emprego, percebe-se que o desempenho da indústria de transformação[6] foi determinante para a retração do emprego metropolitano e estadual, já que esse setor foi o que acumulou as maiores perdas nesse subperíodo (Tabela 1).

A abertura comercial no início dos anos 90, ao expor a indústria nacional a um crescente nível de competição com produtos importados, provocou o fechamento de diversas empresas. As que sobreviveram precisaram enfrentar um duro processo de ajuste, que redundou na redução significativa do pessoal empregado (Alonso, 2001; Jornada, 2004; Sternberg, 2005). Além disso, a desvalorização do dólar frente ao real, ocorrida com a implementação do Plano Real em 1994, trouxe prejuízos à exportação, afetando intensamente a indústria de transformação estadual e, em particular, a da RMPA, que tem no segmento produtor de calçados, fortemente vinculado ao mercado externo, o maior absorvedor de mão-de-obra.[7]

Entre 1989 e1998, na RMPA, a indústria de transformação experimentou uma retração de 32,6%, pela eliminação de cerca de 95,7 mil postos de trabalho. Tal redução de pessoal, muito maior do que aquela sofrida no conjunto de municípios não metropolitanos — variação de -12,6% pela supressão de cerca de 37.000 vagas — correspondeu a 72,1% das vagas fechadas na indústria do RS (132,8 mil), que registrou uma queda 22,6%.

Além da indústria de transformação, também o comércio experimentou queda de pessoal empregado no RS (3,8 mil postos), com uma variação de -1,3%. O espaço metropolitano, em que foram suprimidas cerca de 7,5 mil vagas (variação de -5,6%), foi o responsável pela diminuição do emprego estadual nesse setor, já que, no conjunto de municípios não metropolitanos, houve crescimento de 3,7 mil postos, com uma variação de 2,4%.

O setor serviços, tanto pela própria estratégia de terciarização adotada pela indústria para enxugar sua estrutura produtiva — diversas atividades de serviços que anteriormente funcionavam na própria empresa passaram a ser terceirizadas e, portanto, seus trabalhadores passaram a ser contabilizados no setor serviços —, quanto por acolher grande parte dos trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho, experimentou crescimento do pessoal empregado (Ramos; Ferreira, 2005; Alonso, 2004). O crescimento do emprego nesse setor compensou, ao menos em parte, as perdas sofridas pela indústria de transformação, propiciando uma diminuição no saldo negativo do emprego.

Nesse setor, a RMPA, com uma variação de 4,7% pela adição de 13,3 mil postos de trabalho, entre 1989 e1998, ostentou um crescimento maior do que o dos demais municípios do Estado, que incorporaram 6.000 trabalhadores, acusando uma variação de 2,9%, nos anos considerados. No agregado estadual, a variação foi de 4,0%, pelo acréscimo de 19,4 mil postos, dos quais 68,7% se deveram ao espaço metropolitano.

Em 1999, a mudança na política econômica trouxe efeitos positivos para o emprego, sobretudo no setor industrial.[8] A desvalorização cambial praticada, ao propiciar uma melhora no desempenho das exportações, deu novo impulso à atividade industrial, especialmente daqueles segmentos vinculados ao mercado externo, como é o caso da indústria calçadista da RMPA. Além disso, a maturação de vários projetos industriais, alguns de grande porte, com origem na segunda metade da década de 90 também foi benéfica ao desempenho do setor industrial metropolitano (Alonso, sd). Essa melhoria expressa-se em um aumento da participação do setor industrial no PIB da Região, passando de 48,27% em 1999 para 52,75% em 2001 (Alonso, 2004).

[6] Para fins desta análise, consideram-se apenas a indústria de transformação, o comércio e serviços, setores mais expressivos no emprego formal e que, em conjunto, reúnem, no mínimo, cerca de 70% do contingente formalmente empregado em cada um dos espaços considerados, ao longo do período analisado.

[7] Para mais detalhes a respeito da evolução do emprego formal nos subsetores da indústria de transformação metropolitana, nesse período, ver Sternberg (2009).

[8] Para mais detalhes sobre o movimento do emprego no RS, nesses anos, ver, dentre outros, Jornada (2004) e Sternberg (2005).

Os dados sobre o emprego formal confirmam essa tendência, mostrando que, já em 1999, o emprego industrial tomou sentido ascendente, invertendo o movimento de queda dos anos anteriores. As variações, de maneira geral, foram mais modestas na RMPA do que no conjunto de municípios não metropolitanos.

Entre 1998 e 2007[9], a indústria de transformação estadual registrou uma variação de 44,2%, pelo acréscimo de 200,6 mil postos de trabalho, dos quais 67,2% se deveram aos municípios não metropolitanos, que experimentaram crescimento de 52,6% no emprego industrial. Na RMPA, com variação bem menos expressiva, o contingente empregado na indústria de transformação cresceu 33,2%.

No comércio, nesse subperíodo, o crescimento do emprego estadual foi de 60,1%, pela incorporação de 172,8 mil trabalhadores, dos quais 60,8% se deveram aos municípios não metropolitanos. Esses municípios registraram variação de 65,2% no emprego do setor, superior àquela da RMPA, que foi de 53,4 % (Tabela 1).

No setor serviços, no subperíodo considerado, houve significativo crescimento do emprego[10] em todos os contextos analisados. Assim como no intervalo de tempo anterior, a evolução na RMPA, nesse setor, superou largamente a do conjunto de municípios não metropolitanos — 72,1% contra 36,6% respectivamente — o que fez com que 73,1% das cerca de 290.000 vagas acrescidas ao setor no RS se devessem ao espaço metropolitano (Tabela 1).

O aumento de contingente nos principais setores de atividade fez com que também se registrasse crescimento do emprego total em todos os espaços considerados, nesse subperíodo. De maneira geral, a variação no conjunto de municípios não metropolitanos superou a da RMPA na maior parte dos anos — apenas em 2000 e em 2006, o emprego da Região Metropolitana teve variação mais expressiva e, em 2004, houve praticamente a mesma variação nos dois espaços (Gráfico 1). Assim, de acordo com dados da Tabela 1, entre 1998 e 2007, foram incorporados 261,5 mil trabalhadores à RMPA, com uma variação de 28,8% no nível de emprego. Nos demais municípios estaduais, nesse mesmo subperíodo, o crescimento foi de 43,4%, pelo acréscimo de 380.000 vagas. No RS, contabilizou-se um crescimento de 36,0%, pelo acréscimo de 641,5 mil postos de trabalho, dos quais 59,2% se deveram aos municípios fora dos limites metropolitanos.

O forte impulso positivo que o emprego formal recebeu a partir de 1999 contribuiu para atenuar, e até mesmo reverter, a queda registrada em alguns setores, ou para elevar ainda mais o saldo positivo nos casos em que houve aumento de pessoal no subperíodo anterior.

No cômputo total do período analisado (1989-07), o comércio registrou crescimento de 44,9% na RMPA e de 69,1% nos demais municípios do Estado, enquanto, no setor serviços, a variação positiva foi de 80,3% e de 40,6% em cada um dos espaços, respectivamente. No agregado estadual, o comércio teve expansão de 58,0%, e serviços, de 63,4% (Tabela 1).

Na indústria de transformação metropolitana, ao final de 2007, mesmo com o significativo crescimento do emprego industrial verificado a partir de 1999, não se logrou compensar as perdas do subperíodo anterior. Como decorrência, tem-se, entre os anos extremos do período, a supressão de pouco menos de 30.000 vagas nesse setor, o que significa uma retração de 10,2% no estoque de empregados formais. Nos municípios não metropolitanos, o crescimento experimentado nos últimos anos compensou as perdas anteriormente sofridas, produzindo um saldo positivo de cerca de 97,7 mil postos de trabalho nesse setor, com uma variação de 33,3% no número de trabalhadores formais, entre 1989 e 2007. Essas variações de sentidos discordantes mostram que, enquanto, na RMPA, se assistia à diminuição do emprego na indústria de transformação, no restante do Estado, verificava-se um aumento do contingente formalmente empregado que foi capaz não só de compensar as perdas do espaço metropolitano, mas também de gerar um adicional que fez com que o emprego industrial crescesse 11,5% no RS. Assim, foi o crescimento do emprego industrial fora do espaço metropolitano que garantiu o crescimento do emprego estadual nesse setor, no período analisado (Tabela 1).

Também em relação à totalidade do emprego, verifica-se que o significativo crescimento ocorrido a partir de 1999 compensou as perdas do subperíodo anterior, elevando o estoque de empregados formais para níveis

[9] Considera-se o subperíodo 1998-07, já que os dados da RAIS informam a situação do emprego em 31.12 de cada ano.

[10] Como adverte o Ministério do Trabalho e Emprego, a adoção, a partir da RAIS 2006, da versão 2.0 da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) em substituição à versão 1.0, até então utilizada, possibilitou aos estabelecimentos classificarem melhor suas atividades, provocando sua migração para outros setores e comprometendo, dessa forma, a análise da evolução histórica. No caso específico do RS, como decorrência da mudança, o MTE aponta o aumento do estoque de trabalhadores no subsetor ensino, pertencente ao setor serviços. É possível, então, que, ao menos em parte, o crescimento experimentado nesse setor, tanto no subperíodo 1998-07 como no cômputo total do período analisado (1989-07), seja "artificial", devendo-se a uma realocação dos estabelecimentos, recomendando-se, por isso mesmo, cautela na interpretação desses resultados.

superiores aos daqueles de 1989. Como já comentado, o saldo do período 1989-07 foi de crescimento de 16,7% na RMPA, de 43,2% no conjunto de municípios não metropolitanos e de 29,1% no RS.

O crescimento desbalanceado do emprego na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos fez com que a participação de cada um deles em relação ao agregado estadual sofresse mudanças no período. No serviços, a RMPA aumentou sua participação em relação ao agregado estadual, atingindo 63,5% em 2007, apontando uma maior concentração do emprego desse setor na RMPA. No comércio, ao contrário, a RMPA diminuiu sua participação no congênere estadual, atingindo 42,2% em 2007, o que é indicativo de uma desconcentração espacial do emprego.

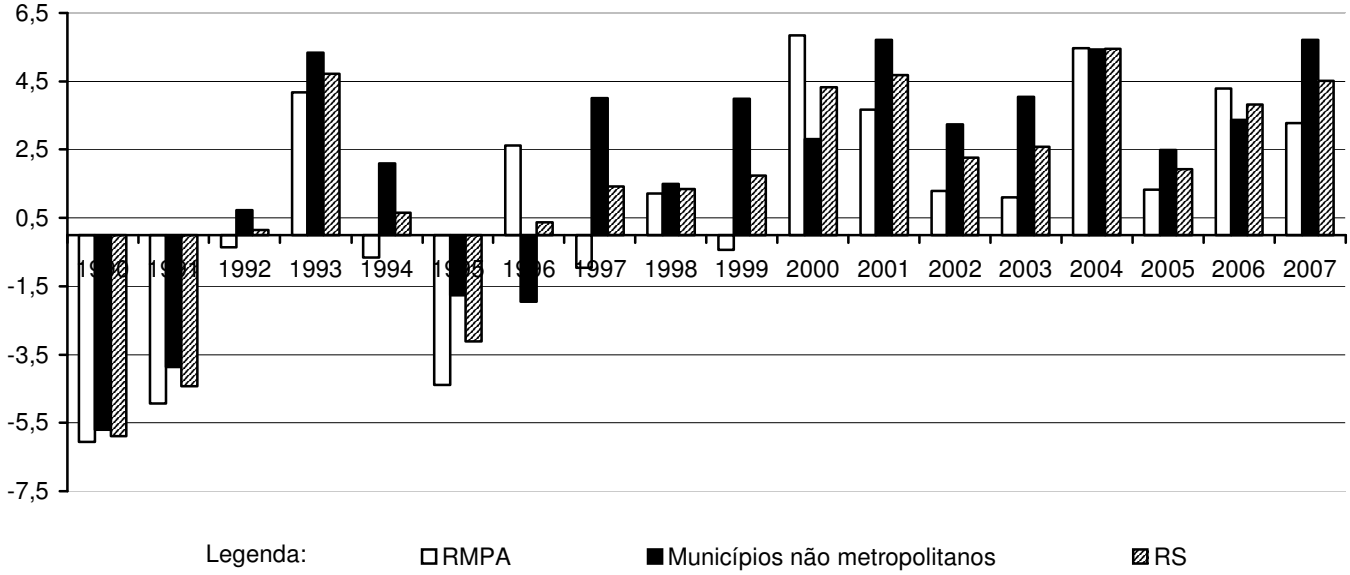
No emprego industrial, ao longo do período 1989--07, a RMPA foi gradativamente perdendo espaço no congênere estadual — apenas em 1992 houve pequena elevação — até atingir, em 2007, sua menor participação, 40,3%, sinalizando um processo de desconcentração da atividade industrial no RS.

A esse respeito, vale lembrar que Alonso (2001) mostra que, nos anos 90, a produção industrial no RS foi marcada pela busca de localizações fora dos limites metropolitanos, que se dirigiu, sobretudo, para a chamada Região Perimetropolitana[11] e para o Aglomerado Urbano do Nordeste, região comandada por Caxias do Sul.

Também no emprego total, registrou-se perda de participação da RMPA em relação ao contexto estadual. Como já comentado, ao final do período analisado, lá se encontravam 48,2% dos trabalhadores formais do RS, marcando uma redução de 5,1 pontos percentuais em relação a 1989. Evidencia-se, assim, uma tendência à desconcentração espacial do emprego estadual, mantendo-se, contudo, ainda que um pouco atenuada, a forte presença da RMPA. Tal comportamento confirma a tendência que vem sendo identificada por diversos estudos (Ramos; Britto, 2004; Ramos; Ferreira, 2005) para outras regiões metropolitanas do País e que indicam um deslocamento do emprego para o interior das unidades da Federação e a conseqüente perda de espaço das regiões metropolitanas.

Gráfico 1

Variação do emprego formal na RMPA, no conjunto de municípios não metropolitanos e no RS — 1990-07



FONTE: RAIS-MTE.
NOTA: Os dados de 1993 e 1997 foram ajustados, após consulta à DATAMEC, em função de problemas detectados nas informações daqueles anos.

[11] A Região Perimetropolitana é um espaço compreendido entre a RMPA e o Aglomerado Urbano do Nordeste que exerce papel de área de expansão da indústria metropolitana (Alonso, 2001).

Tabela 1

Variação absoluta e percentual do emprego formal total e em setores selecionados, na RMPA, nos demais municípios e no RS — 1989-07

DISCRIMINAÇÃO	VARIAÇÃO ABSOLUTA				VARIAÇÃO PERCENTUAL			
	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Total	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Total
1989-98								
RS	-132 809	-3 784	19 388	-95 224	-22,6	-1,3	4,0	- 5,1
RMPA	-95 728	-7 502	13 313	-94 277	-32,6	- 5,6	4,7	-9,4
Demais municípios	-37 081	3 718	6 075	-947	-12,6	2,4	2,9	-0,1
1998-07								
RS	200 565	172 851	290 346	641 531	44,2	60,1	57,2	36,0
RMPA	65 788	67 684	212 248	261 496	33,2	53,4	72,1	28,8
Demais municípios	134 777	105 167	78 098	380 035	52,6	65,2	36,6	43,4
1989-07								
RS	67 756	169 067	309 734	546 307	11,5	58,0	63,4	29,1
RMPA	-29 940	60 182	225 561	167 219	-10,2	44,9	80,3	16,7
Demais municípios	97 696	108 885	84 173	379 088	33,3	69,1	40,6	43,2

FONTE: RAIS-MTE.

A evolução do emprego no interior da RMPA

No início do período analisado, o emprego formal na RMPA mostrava uma forte concentração em Porto Alegre, que abrigava 60,1% dos empregados da Região.[12] A seguir, muito distante desse primeiro, encontravam-se Novo Hamburgo (7,5%), Canoas (5,2%), São Leopoldo (3,9%), Gravataí (2,5%), Sapiranga (2,3%) e Campo Bom (2,1%), restando aos demais municípios participações inferiores a 2% no emprego regional. Em conjunto, os sete municípios mais expressivos reuniam 83,7% dos empregados formais da RMPA (Tabela 2).

Nos setores de atividade analisados, Porto Alegre também detinha a maior parcela dos empregados metropolitanos. Na indústria de transformação, praticamente um quarto dos empregados encontrava-se nesse município. A seguir, em ordem de importância, apareciam Novo Hamburgo (15,3%), São Leopoldo (7,0%), Sapiranga (6,8%), Canoas (5,9%) e Campo Bom (5,8%), que, juntamente com o primeiro, reuniam pouco menos de 70% dos empregados industriais da RMPA. Os demais municípios da Região tinham participações inferiores a 5% no emprego desse setor (Tabela 2).

No comércio e no serviços, também era em Porto Alegre que se encontrava a maior parte dos empregados formais da Região em 1989, com ponderações bem acima daquelas encontradas no setor industrial: 64,7% no primeiro e 75,1% no outro. Nesses setores, ainda podem ser mencionados os Municípios de Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo com alguma expressão no emprego metropolitano. Em conjunto, os quatro maiores municípios abrigavam 82,5% dos empregados formais do comércio e 88,0% daqueles do serviços. Destaque-se que Novo Hamburgo e São Leopoldo, juntamente com Porto Alegre, são, historicamente, os três centros de serviços da RMPA (Alonso, 2007).

A forte concentração do emprego identificada em Porto Alegre não é recente. Por muito tempo, esse município sediou o maior parque manufatureiro e de serviços do Estado (Alonso, 2007). Nas últimas décadas, contudo, tem ocorrido um rearranjo espacial da produção industrial e também do Setor Terciário no território metropolitano (Mammarella, 2000; Alonso, 2001), o que pode ser apreendido ao se considerarem as mudanças que se efetivaram na participação dos municípios no emprego desses setores da RMPA.

[12] Esse dado adquire ainda maior relevância, se se considerar que, em 1989, de acordo com informações do NCR-FEE (<www.fee.tche.br>), Porto Alegre abrigava cerca de 42% da população da RMP.

No setor industrial, a perda de participação de Porto Alegre[13] no emprego formal foi o traço mais marcante do movimento de realocação espacial da mão-de-obra. Nesse município, entre 1989 e 2007, foram suprimidos pouco mais de 22.000 postos de trabalho industriais, provocando uma retração, em termos percentuais, bem superior àquela registrada no conjunto da RMPA (-31,0% contra -10,2% respectivamente), o que levou a uma diminuição de sua participação no emprego industrial do conjunto da Região. Mesmo assim, ao final do período, Porto Alegre continuava a deter a maior parcela de empregados da indústria de transformação metropolitana, abrigando 20% do total (Tabelas 2 e 3).

Os altos custos para a instalação de unidades industriais em Porto Alegre, tanto em função do elevado preço da terra como por exigir uma série de investimentos prévios à sua implantação, têm feito com que as empresas prefiram localizar-se em municípios próximos, como forma de reduzir custos de instalação e de operações. Trata-se de um processo de desindustrialização relativa da Capital que aponta uma redução do seu papel e uma mudança de seu perfil industrial nas próximas décadas (Alonso, 2001). Canoas, Gravataí e Cachoeirinha são, na maior parte das vezes, as alternativas buscadas para a localização desses empreendimentos, garantindo, dessa forma, a redução de custos de instalação e operação desejada e a manutenção da oferta de serviços, pela proximidade da sede metropolitana (Mamarella, 2000).

Canoas, que funciona como uma extensão do parque industrial da Capital, vem já há algum tempo recebendo investimentos que "transbordam" de Porto Alegre. Lá se encontra um parque industrial diversificado, com destaque para a indústria química (refino de petróleo e derivados), que, recentemente, teve sua produção ampliada (Alonso, 2001). Esse município, que, entre 1989 e 2007, teve aumento de 1,5% no contingente empregado na indústria de transformação, incrementou sua participação no emprego industrial da Região (Tabelas 2 e 3).

Gravataí, mais recentemente, também se tem beneficiado do processo de desindustrialização de Porto Alegre. Lá, em meados de 2000, foi instalada uma unidade da General Motors, provocando um significativo crescimento do emprego industrial do Município, que registrou, entre 1989 e 2007, a excepcional expansão de 70,6%. Como decorrência, o peso relativo desse município no emprego industrial da RMPA aumentou significativamente. Em 2007, abrigava 8,7% dos empregados industriais da região (Tabelas 2 e 3).

Também Cachoeirinha, pela proximidade de Porto Alegre, tem sido buscada como localização alternativa. Ainda que, provavelmente, com custos mais elevados do que Gravataí, em função de sua menor dimensão territorial, o Município dispõe de espaço para uma expansão urbana e industrial (Mammarella, 2000). No período analisado, o emprego industrial cresceu 24,0% nesse município, o que lhe garantiu aumento de sua participação no emprego industrial da Região (Tabelas 2 e 3).

Outro movimento interessante ocorrido no setor industrial é aquele que diz respeito aos municípios vinculados à produção coureiro-calçadista do Estado e que se situam, em sua maioria, no Vale do Sinos. Dentre esses, Novo Hamburgo e São Leopoldo, que, embora contando com uma certa diversificação produtiva em seus parques industriais, mantêm ainda uma forte presença do segmento produtor de calçados, apresentaram, entre 1989 e 2007, significativa retração do emprego industrial — aproximadamente 13.000 postos no primeiro e pouco menos de 6.000 vagas no outro — , com variações de -28,8% e de -27,7% respectivamente. Também com quedas importantes, encontram-se Campo Bom e Estância Velha, nos quais foram eliminadas quase 5.000 e 2,5 mil vagas industriais respectivamente.[14] Como decorrência, esses municípios apresentaram recuos bastante significativos em sua participação no emprego industrial metropolitano. Contrapondo-se a esse movimento, os Municípios de Dois Irmãos, Sapiranga, Parobé e Ivoti, também produtores de calçados, experimentaram expansão do emprego industrial,[15] com acréscimos de 4,4 mil, cerca de 3.000 , 2,4 mil e 1,5 mil

[13] Alonso (2001) destaca que a perda de participação de Porto Alegre na produção industrial do Rio Grande do Sul é um movimento que teve origem no final dos anos 60, intensificou-se nos anos 70 e 80 e perdeu intensidade nos 90.

[14] Nesses municípios, a retração do emprego industrial concentrou-se fundamentalmente naqueles segmentos ligados à produção de calçados (indústrias de calçados e borracha, fumo e couros) que, entre 1989 e 2007, eliminaram cerca de 15.000 postos de trabalho em Novo Hamburgo, pouco mais de 5.000 vagas em São Leopoldo, praticamente 7.000 vagas em Campo Bom e 2,8 mil postos em Estância Velha. Para mais detalhes a respeito da evolução do emprego nos subsetores da indústria de transformação, na RMPA, ver Sternberg (2009).

[15] Entre 1989 e 2007, nesses municípios, foram os segmentos ligados à produção de calçados (indústrias de calçados e borracha, fumo e couros) os que mais contribuíram para a ampliação do emprego industrial, com acréscimos de aproximadamente 1.000 postos em Sapiranga e em Dois Irmãos, pouco menos de 2 mil vagas em Parobé e cerca de 700 postos em Ivoti.

respectivamente (Tabela 3), o que levou à ampliação de suas participações no emprego do setor, na RMPA. Esse movimento — queda do emprego industrial em alguns municípios acompanhada de elevação em outros, especialmente no segmento produtor de calçados — mostra que, ao menos em parte, a produção industrial dos primeiros se deslocou para estes últimos, propiciando o crescimento de seu pessoal empregado e, conseqüentemente, de sua participação no emprego industrial.[16]

No comércio e em serviços, no período analisado, também se verificaram alterações na distribuição espacial do emprego formal, que, em larga medida, guardam relação com aquelas ocorridas na indústria de transformação e, especialmente, com o processo de desindustrialização de Porto Alegre. Conforme Alonso (2007), a perda de espaço de Porto Alegre no setor industrial vem acompanhada de uma diminuição de seu papel no Setor Terciário, sobretudo no comércio (atacadista e varejista) e nos transportes. Isso se dá na medida em que os capitais industriais, ao migrarem, tendem a levar junto alguns serviços, especialmente aqueles com os quais mantêm relações intersetoriais mais profundas. Assim, é o "tranbordamento" dessas atividades, a partir de Porto Alegre, que tem contribuído para o crescimento de sua importância em municípios limítrofes, conurbados e com acesso fácil à capital (Alonso, 2007).

No comércio, mesmo com a elevação de 15,8% no emprego, Porto Alegre perdeu participação no congênere metropolitano. Em contrapartida, nesse setor, observou-se ampliação dos pesos relativos, sobretudo em Gravataí, Cachoeirinha, Viamão e Canoas. Em Serviços, que registrou alterações menos pronunciadas, Porto Alegre, mesmo com elevação do contingente empregado, também diminuiu sua participação, enquanto Guaíba, Gravataí, Canoas e São Leopoldo, com variações de contingente mais expressivas que a Capital, foram os que experimentaram os avanços mais significativos em sua participação.

As alterações verificadas na participação dos municípios no emprego do comércio e de serviços da RMPA são compatíveis com aquelas identificadas por Alonso (2007), ao analisar as mudanças na distribuição das atividades terciárias, no território metropolitano. Tais alterações, que têm por base os ganhos na participação relativa que os municípios tiveram no VAB do setor, entre 1999 e 2004, apontam Canoas, Gravataí, Cachoeirinha, Esteio e Viamão como centros emergentes de serviços[17]. Os primeiros quatro municípios foram beneficiados pela diminuição da concentração industrial em Porto Alegre. Viamão, diferentemente dos demais, que tradicionalmente têm papel de cidade-dormitório dada as suas proximidade e facilidade de acesso a Porto Alegre, apenas nos anos recentes foi alvo de alguns projetos industriais e de outros empreendimentos de médio e pequeno porte na área de serviços (Alonso, 2007). Além disso, é preciso considerar-se que todos esses municípios formam com Porto Alegre "[...] uma densa mancha urbana conurbada, o que significa que detêm entre si intensas relações como se fossem uma só cidade" (Alonso, 2007, p. 9), facilitando a mobilidade espacial dos capitais em busca de localizações mais favoráveis.

Ao final do período, mesmo com a perda de espaço, a capital do Estado concentrava ainda a maior parcela de trabalhadores do comércio e de serviços, abrigando 51,7% e 73,7% em cada um deles, respectivamente. No comércio, seguindo Porto Alegre, apareciam em 2007, pela ordem de importância no emprego metropolitano, os Municípios de Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Gravataí, Viamão e Esteio, que, juntamente com aquele município, abrigavam 83,6% do emprego metropolitano do setor. Em serviços, seguiam Porto Alegre os Municípios de Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Gravataí, Guaíba e Cachoeirinha, que somavam 92,8% dos empregados do setor (Tabela 2).

Evidentemente, a redistribuição que se verificou no emprego formal dos principais setores tem reflexos na distribuição do total de empregados no espaço metropolitano. Ao final do período, Porto Alegre[18] mantém-se na liderança, abrigando 55,9% dos empregados formais, uma participação menor do que a do início do período, indicando, também no interior da RMPA, um processo de desconcentração espacial do emprego. A seguir, com ganhos de participação, encontram-se Canoas (6,3%), Novo Hamburgo (6,1%), Gravataí (4,2%), São Leopoldo (4,1%), Sapiranga (2,6%), Cachoeirinha (2,4%) e Guaíba (2,0%). Em conjunto, esses oito municípios reuniam 83,6% do emprego metropolitano. Ainda que em ordem distinta, a maioria deles fazia parte do grupo de maior expressão no emprego metropolitano de 1989 — as exceções são os dois últimos, que não estavam em 1989, e Campo Bom, que deixou de compor o grupo em 2007.

[16] Esses dados corroboram aqueles apresentados por Alonso (s. d.), que mostra a perda de participação de Novo Hamburgo e São Leopoldo na produção industrial do RS, enquanto outros municípios ligados à produção calçadista ampliaram sua participação na produção industrial do Estado.

[17] Nesse caso, serviços é tomado como a totalidade do Terciário.

[18] Em 2007, de acordo com informações do NCR-FEE (<www.fee.tche.br>), Porto Alegre abrigava cerca de 36% da população da RMPA.

Tabela 2

Participação percentual dos municípios no emprego formal, em setores de atividade selecionados, da RMPA — 1989 e 2007

MUNICÍPIOS E RMPA	1989				2007			
	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Total	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Total
Alvorada	0,7	1,0	0,5	0,7	0,9	1,8	0,7	1,1
Arroio dos Ratos	0,1	0,2	2,1	0,7	0,1	0,2	0,1	0,2
Cachoeirinha	2,9	1,8	1,0	1,5	4,0	3,3	1,4	2,4
Campo Bom	5,8	1,0	0,5	2,1	4,7	1,3	0,6	1,7
Canoas.....	5,9	6,6	5,2	5,2	6,7	7,8	5,9	6,3
Capela de Santana	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1
Charqueadas	1,0	0,2	0,0	0,5	0,9	0,5	0,1	0,4
Dois Irmãos	1,7	0,3	0,2	0,6	3,6	0,8	0,2	1,1
Estância Velha	3,1	0,5	0,4	1,2	2,5	0,9	0,2	0,9
Esteio	2,1	1,8	0,7	1,3	2,1	2,4	0,9	1,5
Gravataí	4,6	1,7	1,2	2,5	8,7	4,2	2,3	4,2
Guaíba	3,3	1,2	0,8	1,6	2,1	1,6	1,9	2,0
Ivoti	1,6	0,3	0,1	0,6	2,3	0,7	0,2	0,8
Montenegro	1,4	1,3	0,6	1,0	2,3	1,7	0,8	1,3
Novo Hamburgo	15,3	7,1	4,6	7,5	12,1	7,4	3,8	6,1
Parobé	2,9	0,1	0,1	0,9	4,2	0,5	0,3	1,3
Portão	1,6	0,1	0,1	0,6	1,7	0,4	0,1	0,7
Porto Alegre	24,5	64,7	75,1	60,1	18,9	51,7	73,7	55,9
Santo Antônio da Patrulha	0,8	0,7	0,2	0,5	1,2	0,7	0,2	0,6
São Jerônimo	0,1	0,6	0,3	0,4	0,3	0,4	0,2	0,3
São Leopoldo	7,0	4,0	3,1	3,9	5,6	4,3	3,7	4,1
Sapiranga	6,8	0,7	0,5	2,3	8,7	1,5	0,4	2,6
Sapucaia do Sul	2,7	1,1	0,9	1,5	2,9	1,8	0,6	1,5
Taquara	2,0	1,4	0,5	1,0	1,1	1,2	0,4	0,8
Triunfo	1,5	0,4	0,4	0,9	1,4	0,3	0,3	0,8
Viamão	0,5	1,2	0,7	0,8	0,9	2,5	0,7	1,3
RMPA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: RAIS-MTE.

Tabela 3

Variação do emprego formal, em setores selecionados nos municípios da RMPA — 1989-07

MUNICÍPIOS E RMPA	VARIAÇÃO ABSOLUTA				VARIAÇÃO PERCENTUAL			
	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Total	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Total
Alvorada	408	2 170	2 241	5 748	20,2	168,0	150,2	84,5
Arroio dos Ratos	-91	43	-5 360	-5 167	-27,1	14,1	-92,7	-74,0
Cachoeirinha	2 021	4 057	4 270	12 639	24,0	168,6	151,3	83,2
Campo Bom	-4 763	1 094	1 605	-1 651	-27,7	79,1	109,3	-7,8
Canoas	268	6 356	15 210	21 946	1,5	71,6	104,3	42,3
Capela de Santana	186	200	69	747	1 430,8	10 000,0	-	3 931,6
Charqueadas	-454	747	375	-254	-16,1	327,6	271,7	- 4,6
Dois Irmãos	4 385	1 210	370	6 577	85,7	311,9	74,6	103,4
Estância Velha	-2 575	1 029	-83	-1 133	-28,3	150,0	- 6,8	-9,7
Esteio	-656	2 304	2 616	4 477	-10,4	97,9	128,1	33,2
Gravataí	9 497	5 836	8 230	24 811	70,6	254,5	243,5	100,9
Guaíba	-4 099	1 659	7 570	6 978	- 42,6	107,4	336,3	43,9
Ivoti	1 508	911	609	3 362	32,2	233,0	157,0	56,2
Montenegro	1 932	1 507	2 242	5 498	46,1	86,7	124,0	53,6
Novo Hamburgo	-12 926	4 748	6 288	-4 066	-28,8	49,7	48,4	-5,4
Parobé	2 398	793	1 495	5 701	27,9	562,4	755,1	60,7
Portão	-26	599	345	2 439	-0,6	298,0	140,8	43,5
Porto Alegre	-22 318	13 753	162 544	51 369	-31,0	15,8	77,1	8,5
Santo Antônio da Patrulha	973	406	242	2 508	42,2	41,0	35,2	52,1
São Jerônimo	555	-23	3	-835	207,9	-2,9	0,4	-19,8
São Leopoldo	-5 698	2 944	10 179	8 350	-27,7	54,6	117,2	21,2
Sapiranga	2 935	1 917	864	7 465	14,7	205,5	62,5	32,0
Sapucaia do Sul	- 448	1 947	579	2 823	-5,6	130,0	22,8	19,0
Taquara	-2 975	519	752	-1 473	-50,3	27,7	50,0	-14,1
Triunfo	- 786	164	496	461	-17,8	32,9	43,1	5,3
Viamão	809	3 292	1 810	7 899	55,1	206,7	95,4	104,3
RMPA	-29 940	60 182	225 561	167 219	-10,2	44,9	80,3	16,7

FONTE: RAIS-MTE.

Considerações finais

A análise das informações sobre o movimento do emprego formal na RMPA, no período 1989--07, evidencia diferenças importantes no comportamento desse espaço comparativamente ao conjunto de municípios não metropolitanos — estes últimos, em geral, com melhor resultado — , bem como no desempenho dos municípios que a compõem.

Entre os anos extremos do período analisado, o emprego metropolitano cresceu 16,7%, uma variação menor do que a do agregado estadual, que foi de 29,1% no mesmo período. Assim, foram os municípios fora dos limites metropolitanos os que mais contribuíram para o crescimento do emprego estadual — nesses municípios, foram geradas praticamente 70% das vagas acrescidas no RS, no período analisado. Como decorrência, a RMPA perdeu 5,1 pontos percentuais em sua participação no emprego estadual, atingindo 48,2% em 2007, indicando uma tendência à desconcentração espacial do emprego formal estadual.

A indústria de transformação, único setor dentre os analisados a sofrer diminuição de contingente no espaço metropolitano, foi inegavelmente a maior responsável pelo pior desempenho da RMPA. A eliminação de aproximadamente 30.000 postos de trabalho nesse setor, na RMPA,

movimento de sentido contrário ao do agregado setorial no RS, fez com que a Região perdesse 9,8 pontos percentuais em sua participação no emprego estadual, evidenciando a tendência de saída da atividade industrial do espaço metropolitano e a sua relativa desconcentração no espaço estadual. Ainda assim, ao final do período analisado, parcela expressiva da mão-de-obra industrial do Estado (40,3%) mantinha-se alocada na RMPA.

Nos demais setores, houve crescimento do emprego tanto na RMPA como no restante do Estado. O setor serviços destaca-se pelo melhor desempenho do recorte metropolitano comparativamente ao RS, o que fez com que a Região ampliasse sua participação no contexto estadual, reforçando seu papel de maior pólo do serviços no Estado — a Região Metropolitana, em 2007, abrigava 73% dos empregados gaúchos desse setor. No comércio, diferentemente, o menor crescimento do emprego na RMPA frente ao congênere estadual a fez diminuir sua participação no agregado estadual em cerca de 10 pontos percentuais, atingindo 35,6% em 2007. É possível que saída de parte da atividade industrial da RMPA tenha contribuído para a diminuição da sua importância relativa no comércio.

Também em relação às mudanças que se verificaram na distribuição do emprego, no interior do espaço metropolitano, no período analisado, é possível verificar-se o importante papel desempenhado pela indústria de transformação.

A queda do emprego industrial em Porto Alegre parece ter sido o aspecto mais marcante da relocalização desse setor na RMPA. Em larga medida, o esgotamento das condições desse município para sediar plantas industriais fez com que ali se processasse uma desindustrialização relativa, prevendo-se, além disso, uma mudança no seu perfil industrial (Alonso, 2001). Em busca de custos mais competitivos, os empreendimentos passaram a se dirigir aos municípios vizinhos, que, assim, experimentaram elevação do número de empregados e ampliaram sua participação no emprego metropolitano. Esse foi o caso, por exemplo, de Gravataí, que, com a instalação do complexo automotivo da General Motors, registrou um expressivo crescimento do emprego industrial e, conseqüentemente, de sua participação no congênere metropolitano, a maior dentre todos os municípios.

As mudanças espaciais na indústria de transformação tiveram reflexos também sobre os setores comércio e serviços, já que a migração industrial vem, de maneira geral, acompanhada por aqueles serviços com os quais mantêm relações mais intensas. Assim, a perda da importância industrial de Porto Alegre fez, em grande parte, diminuir também sua participação no emprego dos setores do Terciário da RMPA, provocando, ainda, nesses casos, uma realocação do emprego no interior do espaço metropolitano. Apesar das perdas sofridas, ao final do período Porto Alegre mantinha-se ainda com participação majoritária no comércio e em serviços, em que também se destacavam as participações de Novo Hamburgo e São Leopoldo, que, juntamente com o primeiro município, são os centros tradicionais de serviços da RMPA. Os Municípios de Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Guaíba, São Leopoldo e Viamão, com variações percentuais do emprego no comércio e em serviços mais intensas do que em Porto Alegre, foram os que experimentaram os maiores avanços nas suas participações, nesses setores, no espaço metropolitano. É possível que, assim como na indústria, também em algumas atividades do Terciário esteja havendo um movimento de saída da Capital, propiciando o surgimento de novos centros de serviços na Região Metropolitana (Alonso, 2007).

Referências

ALONSO, J. A. F. **A economia dos serviços na Região Metropolitana de Porto Alegre — RMPA:** uma primeira leitura. Porto Alegre, nov. 2007. (Texto para Discussão FEE n.3). Disponível em:www.fee.tche.br.

ALONSO, J. A. F. Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre: FEE, v. 29, n. 1, p. 253--293, jun. 2001.

ALONSO, J. A. F. Efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), na década de 90. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Desigualdades socioespacias na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma coletânea.** Porto Alegre: NERU, [2004]. CD-ROM.

JORNADA, Maria Isadel H. O mercado de trabalho no Rio Grande do Sul e o Plano Real: principais evidências. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre: FEE, v. 32, n. 2, p. 223-246, 2004.

MAMARELLA, R. Economia e ocupação no espaço metropolitano: transformações recentes de Porto Alegre. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **O futuro das metrópoles:** desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 152-175.

RAMOS, L.; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002:** tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para discussão n.1011).

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Padrão espacial da evolução do emprego formal — 1995-2003**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para discussão n.1102).

STERNBERG, Sheila S. Wagner. O emprego industrial na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 1989--06. In: ALONSO, J. A. F.; MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. M. de (Org.). **Território, economia e sociedade: transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre, FEE, p. 81-112, 2009.

STERNBERG, Sheila S. Wagner. O Plano Real e o mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre: FEE, v. 32, n. 4, p. 249-270, 2005.